

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MANUAIS ESCOLARES: O CASO DAS ESCOLAS
INDÍGENAS KAINGANG NO ESTADO DO PARANÁ**

***POLÍTICAS EDUCACIONALES Y MANUALES ESCOLARES: EL CASO DE LAS
ESCUELAS INDÍGENAS KAINGANG EN EL ESTADO DE PARANÁ***

***EDUCATION POLICIES AND SCHOOLBOOKS: THE CASE OF THE KAINGANG
INDIGENOUS SCHOOLS IN THE STATE OF PARANÁ***



Marcos GEHRKE¹

e-mail: marcosgehrke@gmail.com



Rosangela Célia FAUSTINO²

e-mail: rcfaustino@uem.br



Terezinha OLIVEIRA³

e-mail: toliveira@uem.br

Como referenciar este artigo:

GEHRKE, M.; FAUSTINO, R. C.; OLIVEIRA, T. Políticas educacionais e manuais escolares: O caso das escolas indígenas kaingang no estado do Paraná. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024017, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaae.v19i00.18152>



- | Submetido em: 13/06/2023
- | Revisões requeridas em: 19/07/2023
- | Aprovado em: 10/09/2023
- | Publicado em: 07/02/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava – PR – Brasil. Professor adjunto, Departamento de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora adjunta, Departamento de Teoria e Prática da Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação.

³ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora titular, Departamento de Fundamentos da Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação.

RESUMO: Trata de pesquisa sobre políticas educacionais para manuais escolares na educação escolar indígena, especificamente sobre o caso das escolas kaingang no Paraná. Evidencia ausência de manuais didáticos nas bibliotecas escolares para o ensino kaingang-português. Apresenta análise documental do conjunto do acervo bibliográfico kaingang de 10 das 21 escolas públicas kaingang do estado. Demonstra que a educação escolar, por meio dos movimentos sociais indígenas, conquistou um marco legal na perspectiva do bilinguismo e da interculturalidade. Conclui que a produção didática se encontra defasada, não abrange todas as etapas da educação básica e não atende o número de estudantes matriculados, dificultando as práticas interculturais de ensino-aprendizagem, sendo insuficiente e inadequada na relação com o currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar indígena. Bilinguismo. Biblioteca escolar.

RESUMEN: Se trata de investigaciones sobre políticas educativas para manuales escolares en la educación escolar indígena, específicamente en el caso de las escuelas Kaingang en Paraná. Hay pruebas de la ausencia de manuales escolares en las bibliotecas escolares para la enseñanza del portugués kaingang. Se presenta un análisis documental del conjunto de colecciones bibliográficas kaingang de 10 de las 21 escuelas públicas kaingang del estado. Demuestra que la educación escolar, a través de los movimientos sociales indígenas, ha logrado un marco legal desde la perspectiva del bilingüismo y la interculturalidad. Se concluye que la producción didáctica está desactualizada, no abarca todas las etapas de la educación básica y no cumple con el número de estudiantes matriculados, dificultando las prácticas de enseñanza-aprendizaje interculturales, siendo insuficiente e inadecuada en relación con el currículo escolar.

PALABRAS CLAVE: Educación escolar indígena. Bilingüismo. Biblioteca escolar

ABSTRACT: This is research on educational policies for textbooks in indigenous school education, specifically on the case of Kaingang schools in Paraná. There is evidence of the absence of textbooks in school libraries for Kaingang Portuguese teaching. It presents a documentary analysis of the set of Kaingang bibliographic collections of 10 of the 21 Kaingang public schools in the state. It demonstrates that school education, through indigenous social movements, has achieved a legal framework from the perspective of bilingualism and interculturality. It concludes that the didactic production is outdated, does not cover all stages of basic education and does not meet the number of students enrolled, hindering intercultural teaching-learning practices, being insufficient and inadequate in relation to the school curriculum.

KEYWORDS: Indigenous school education. Bilingualism. School library.

Introdução

O estado do Paraná é o segundo estado com maior população indígena da região Sul do País, conforme dados do Censo 2022. De acordo com o levantamento, 13.887 dos indígenas moram em terras de demarcação no Paraná, com destaques para Rio das Cobras, na região Centro-Sul do estado, a maior terra indígena paranaense e a 50ª maior do País, com 3.102 pessoas. A segunda maior é a Terra de Mangueirinha, no Sudoeste, com 1.994 pessoas. Na sequência estão Ivaí, com 1.886 indígenas, Apucarana, com 1.636 pessoas, e Palmas, com 725 (Paraná, 2023). Especificamente, os Kaingang são um povo pertencente à família Jê, que ocupa atualmente 46 terras indígenas localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua população está estimada em 37.470 pessoas (IBGE, 2012).

A pesquisa sobre políticas educacionais e manuais escolares kaingang, relações entre o acervo produzido e o uso no processo de ensino-aprendizagem da língua kaingang nas escolas do Paraná foi desenvolvida como Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na linha de pesquisa História, Política e Práticas Pedagógicas, no ano de 2022. O estudo vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Escolar e Superior Indígena no Paraná (GEPEI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ao Grupo Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MOVECAMPO) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Partimos do pressuposto de que a educação escolar indígena, no Brasil, conquistou um marco legal na perspectiva do bilinguismo e da interculturalidade (Faustino, 2006; Bergamaschi; Silva, 2007). Esse marco foi conquistado na conjuntura e correlação de forças entre os movimentos sociais indígenas, as ações dos organismos internacionais e o Estado brasileiro, mas as conquistas na organização de cada escola indígena nem sempre se dão na mesma dinâmica, logo, permanecem muitos desafios.

Destacamos que o Brasil decretou o ano de 2020 para a universalização da biblioteca escolar (Brasil, 2010) e, no entanto, a realidade ainda é de ausência desse espaço educativo nas escolas indígenas. A fonte de manuais escolares bilíngues para a educação escolar indígena deveria ser o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), porém, verificamos que se restringe aos livros didáticos que podemos chamar de ‘universais’ e, mesmo que os materiais universais sejam importantes e necessários, a educação escolar indígena não pode ficar restrita a esses documentos e aos currículos por eles indicados, necessitando que sejam previstas suas especificidades, o que aponta para a necessidade de manuais escolares bilíngues específicos para atingir a formação intercultural e bilíngue.

O bilinguismo está previsto no marco legal (Faustino, 2010) e a língua kaingang vem sendo ensinada nas escolas indígenas no Paraná, mas faltam acordos linguísticos entre os kaingang para unificação da língua escrita, para se avançar na produção de políticas linguísticas (Cunha, 2008) e de manuais bilíngues. Há, ainda, o fato de crianças indígenas serem inseridas muito cedo na escola, aos quatro ou cinco anos, onde predomina o uso da língua portuguesa escrita e a presença de professores não indígenas, logo, não são atendidas considerando suas formas próprias de produção da vida e aprendizagem (Faustino, 2006; 2010). Assim, embora as línguas indígenas estejam presentes nos currículos escolares, pela ausência de programas de alfabetização bilíngues eficientes, as comunidades optam pela aprendizagem da escrita e da leitura, desde a educação infantil, em língua portuguesa.

O estudo objetivou realizar a análise de conjuntura das políticas educacionais da educação escolar indígena no âmbito dos manuais escolares bilíngues e cartografar a biblioteca escolar indígena kaingang e os acervos kaingang e bilíngues. Nos encaminhamentos metodológicos realizamos a análise de conjuntura (Souza, 2009) e, nessa relação, a cientificidade, o método e as categorias de análise para produção dos dados quali-quantitativos.

Na pesquisa de campo, cartografamos os manuais escolares bilíngues kaingang-português presentes nas bibliotecas de 10 escolas/bibliotecas escolares kaingang (45,45%), de um universo de 21. Reunimos 32 manuais escolares bilíngues, os quais foram categorizados em cinco grupos. A análise passou também pela pesquisa bibliográfica e documental, abordando os fundamentos das políticas educacionais, educação escolar, biblioteca escolar e manuais escolares.

Inicialmente, trazemos o panorama das políticas da educação escolar em que aparecem elementos sobre os materiais didáticos para a alfabetização bilíngue. Na sequência, apresentamos a análise dos dados de campo, as considerações finais e as referências utilizadas.

Panorama das políticas da educação escolar: elementos sobre os materiais didáticos

Desde o século XVI, com a chegada dos portugueses ao Brasil e a invasão dos territórios indígenas, implantou-se um projeto de exploração mercantilista, com a imposição da língua portuguesa (Lisbôa, 2017) sobre as línguas e culturas indígenas. Grande parte das línguas foi colonizada, invadida, dominada; contraditoriamente, algumas foram estudadas, registradas, sistematizadas e até ensinadas, portanto, manter viva a língua de um povo é uma forma de luta, é uma forma de existir.

O trabalho de leitura e análise da documentação possibilitou compreender que a história e a conjuntura da educação escolar indígena podem ser categorizadas em quatro grandes momentos históricos. Inicialmente, essa educação foi orientada pela catequização jesuítica; depois, foi assumida pelo Estado, se ampliou e caminhou para a integração indígena à sociedade nacional, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Um terceiro período foi inaugurado pela criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no governo militar, em 1967, e os acordos feitos com empresas civilizatórias norte-americanas, como o Summer Institute of Linguistics (SIL). A partir dos movimentos sociais do campo e urbanos, intensificados na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2022) alterou totalmente a relação do Estado com os povos indígenas e, tutelados, passaram a ser cidadãos de direitos sociais, culturais e linguísticos, inaugurando um quarto momento que se iniciou na década de 1990.

Com a aprovação do Decreto Presidencial nº 26/1991, das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1994 e da Lei nº 9394, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, regulamentou-se a educação escolar específica e diferenciada para as escolas indígenas bilíngues, tendo início uma caminhada em que os próprios indígenas começam a elaborar uma educação escolar indígena pública, intercultural e de qualidade, em consonância com o marco legal conquistado.

Ressalta-se que esses quatro grandes momentos marcam a educação escolar indígena no Brasil e ainda estão presentes, cada qual a seu modo, no marco legal da educação escolar indígena na contemporaneidade, e também nos manuais escolares bilíngues.

Destacamos a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em Genebra, em 1989, aprovada internacionalmente em 1991, com recomendações para proteção dos direitos dos povos indígenas (OIT, 2011). No Brasil, essa Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional em 2002 e promulgada pelo Decreto nº. 5.051/2004, revogado em 2019 pelo Decreto nº. 10.088 (Brasil, 2019). A motivação para essa aprovação foi o fato dos povos indígenas e tribais, em muitas partes do mundo, não gozarem dos direitos humanos fundamentais na mesma proporção dos demais povos. A Convenção 169 (OIT, 2011) reconhece que os povos devem assumir o controle de suas próprias instituições, seu modo de vida e seu desenvolvimento econômico. Nesse importante documento, o artigo 28 destaca que “sempre que for viável, dever-se-á ensinar às crianças dos povos interessados a ler e escrever na sua própria língua indígena” (OIT, 2011, p. 36).

Nas recomendações da OIT (2011) explicita-se a necessidade da consulta aos povos sobre seus interesses e necessidades quanto ao trato do ensino e do uso das línguas. Fica

destacado o direito de a criança aprender a sua língua falada, como também a universalmente instituída, cabendo ao Estado as medidas necessárias para sua realização. Outro aspecto relevante das recomendações refere-se aos livros, aos materiais didáticos e de comunicação a serem disponibilizados para o ensino das línguas indígenas. No artigo 30 define-se que: “Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos” (OIT, 2011, p. 37), e o artigo 31 estabelece que: “deverão ser realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos ofereçam uma descrição equitativa, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos interessados” (OIT, 2011, p. 37).

A Convenção 169 elucida questões fundamentais para as políticas educacionais em geral, visando o respeito à diversidade e a eliminação de preconceitos. Os Estados devem reconhecer que os povos indígenas têm história, cultura, conhecimentos, valores, éticas, estéticas a serem ensinados nas escolas, bem como línguas que podem ser desenvolvidas e usadas como empoderamento indígena.

As orientações internacionais da OIT, de 1991, foram aprovadas no Brasil em 2004 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, consolidando a entrada da Educação Escolar Indígena no Sistema Educacional Brasileiro sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração com estados e municípios, portanto, o Estado passa a ser o ator responsável pela educação escolar dos povos indígenas.

O Brasil instituiu a Portaria Interministerial nº. 559 (Brasil, 1991), que trata da educação escolar para as populações indígenas, reafirmando seu direito em assumir características específicas da educação indígena, como conteúdos curriculares, calendários, metodologias e avaliação adequada à realidade sociocultural de cada grupo étnico. O artigo 8º (Brasil, 1991, p. 3) destaca “os materiais didáticos para o ensino bilíngue, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdo adequado às especificidades socioculturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal”. Nessa portaria, além do conteúdo anunciado na citação, o Estado responsabiliza a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) pela publicação e distribuição do material pedagógico.

As Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (Brasil, 1994, p. 21) definem o material didático-pedagógico como: “publicações (literatura, etnoconhecimentos, gramática, dicionários, etc.), publicações de processos de pesquisa, audiovisuais (vídeos, fitas cassete etc.), mapas, atlas e outros”. Essa definição é fundamental para os povos indígenas, suas lideranças, linguistas e pedagogos poderem pautar a produção e

financiamento de tal acervo para compor as bibliotecas escolares. As Diretrizes seguem indicando a necessidade da elaboração de material didático-pedagógico, contemplando dois níveis distintos:

O primeiro é a produção de material de alfabetização destinado às salas de aula. Os professores índios devem ser preparados para a construção desse material; o segundo nível diz respeito à crucial necessidade dos professores índios acompanharem a produção do material de literatura, do etnoconhecimento, da gramática, do dicionário (Brasil, 1994, p. 21-22).

Fica explicitado que o Estado precisa garantir a participação dos povos indígenas na produção e definição dos materiais. Caberá aos técnicos, linguistas, pedagogos e demais profissionais de outras áreas do conhecimento contribuírem com o projeto de produção dos materiais desde a sistematização do saber indígena articulado ao saber escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) dedicou os artigos 78 e 79 à educação escolar indígena. Segundo essa lei, o sistema de ensino desenvolverá programas para garantir a educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, considerando os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (Brasil, 1996, p. 31).

Como destaca a lei maior, os sistemas de ensino devem colocar as línguas indígenas no patamar da língua oficial, com o ensino bilíngue ofertado pelo Estado, investir na formação de pessoal especializado para produzir os currículos e a identidade das escolas indígenas. Conforme o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Brasil, 1998, p. 42), “essa formação deve prepará-los, entre outras coisas, para o incentivo à pesquisa linguística e antropológica e para a produção de material didático”.

A definição de Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, da Resolução nº. 3 da Câmara da Educação Básica (CEB) (Brasil, 1999), entre tantos aspectos, contribuiu para renomear as ‘Escolas Rurais’ para ‘Escola Indígena’, marco de identidade dessa forma escolar. Essa Resolução, em seu artigo 9º, estabelece que se deve “elaborar e publicar, sistematicamente, material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas” (Brasil, 1999, p. 2).

Na década seguinte foi aprovada a Resolução nº. 5, de 2012, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Brasil, 2012). No Artigo 7, § 4º, destaca “[...] sistemas de ensino, por meio da prática constante de produção e publicação de materiais didáticos diferenciados, na língua indígena e bilíngues, elaborados pelos professores indígenas [...]” (Brasil, 2012, p. 4). O Artigo 20, § 4º, orienta que “a formação de professores deve estar voltada para a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de currículos próprios, bem como a produção de materiais didáticos específicos [...]” (Brasil, 2012, p. 10). As Diretrizes, fruto das lutas e organização dos povos indígenas, são catalisadoras de tudo o que já foi produzido e orientado no marco legal.

A partir dessa exposição, trazemos a análise e a produção de dados quanto aos manuais escolares presentes nas escolas indígenas.

Manuais escolares kaingang localizados na pesquisa

Trazemos, inicialmente, uma posição sobre manuais escolares justificando a adoção dessa nomenclatura na pesquisa, mesmo que em documentos estudados os termos materiais didáticos ou material didático-pedagógico sejam mais frequentes. Cunha (2012, p. 245), no verbete ‘Manual’, indica sua origem a partir do termo ‘mão’, do latim manus, referindo-se não somente à parte do corpo, mas à noção de “poder, domínio, influência”; do latim manualis, é o “livro que se pode ter em uma das mãos”, livro manual, que exerce influência sobre a ação da mão. Entretanto, a especificidade do Manual Escolar é justamente sua condição didática, tendo em vista que “para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar” (Lajolo, 1996, p. 3-4).

Sabemos que essa nomenclatura é mutável: Compêndio, Cartilha, Livro de Texto, Livro de Classe, Livro Didático, Manual, Apostila, “[...] esse recurso didático foi adquirindo feições peculiares ao longo do tempo à medida que ia atendendo a públicos, interesses, ideologias e contextos históricos diferentes” (OTA, 2009, p. 213). Por tal motivo, ainda que haja diferenças contextuais e históricas que diferenciem esses materiais, da mesma forma que Munakata (1997) apresenta a dificuldade em categorizar o termo ‘Livro’, reconhecendo suas similaridades e especificidades, o livro de bolso e de mesa, o rolo e o códex, o papel, o papiro e o pergaminho, compreendemos que, no presente caso, todos podem ser agrupados em uma categoria, Manuais Escolares.

Embora predomine a tradição oral dos povos indígenas, acreditamos ser direito deles acessar manuais escolares bilíngues que expressem sua cotidianidade, seus conhecimentos e saberes. O marco legal da política educacional, Decreto nº. 9.099/2017, estabeleceu o direito dos povos indígenas a materiais didáticos diferenciados, necessários para o ensino das línguas indígenas, mas não vem cumprindo esse papel no seu principal programa nacional de distribuição de livros didáticos, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Brasil, 2017).

Os manuais localizados nas bibliotecas escolares foram categorizados em cinco grupos para efetuar a análise: manuais escolares bilíngues de cunho religioso; manuais escolares bilíngues de cunho universitário; manuais escolares bilíngues de cunho estatal; manuais escolares bilíngues de cunho escolar; manuais escolares bilíngues de cunho empresarial. Ordenamos desde essas categorias para chamar a atenção sobre quem são os atores da/na produção (igreja, universidade, Estado, professores em todas as categorias e estudantes e empresas), distribuição e financiamento; fatos que corroboram o conceito de biblioteca escolar discutido por Campello *et al.* (2005).

A primeira categoria de documentos, Manuais Escolares Bilíngues De Cunho Religioso (oito documentos), reúne documentos produzidos por atores ligados à igreja, nacional e internacional, especialmente ao SIL, que se articulou com a FUNAI, Ministério do Interior e igrejas instaladas no Brasil. São documentos de leitura bilíngue, compostos por Bíblia, dicionário e atividades escolares de alfabetização, e o foco deste último é no dialeto do Paraná. Ursula Wiessemann é uma missionária evangélica e uma das principais atrizes nesse cenário. O Quadro 1 apresenta os dados em sua cronologia, entre 1971 e 2003.

Quadro 1 – Grupo de Manuais Escolares Bilíngues de cunho religioso nas bibliotecas escolares kaingang do Paraná, 1971 a 2003

SIL. To Ke Jè 3. Cartilha kaingang, Dialeto Paraná. Rio de Janeiro – GB, 1971.
SIL. To Ke Jè 4. Cartilha kaingang, Dialeto Paraná. Rio de Janeiro – GB, 1971.
SIL. Instituto Linguístico de Verão, Brasília, DF. Topê povo kâme. Livro de leitura na língua kaingang. Editora Sinodal, São Leopoldo, 1972.
BRASIL. Ministério do Interior. Nĕnkanh mré Mĩnká fi kâme. Livro de leitura kaingang. FUNAI. Programa de Educação Bilíngue, Brasília, DF, 1977.
BRASIL. Ministério do Interior. Nĕnkanh mré Mĩnká fi kâme - 2. Cartilha kaingang. FUNAI. Programa de Educação Bilíngue, Brasília, DF, 1977.
ZAQUEU kâme. Editora Sinodal, 1996.
WISEMANN, U. G. Dicionário Bilíngue, Kaingang e Português. Editora Evangélica Esperança, 2002.
FECKINGLAUS, V. Mateus Tỹ Rá: o evangelho de Mateus. Tradução: Ursula Wiessemann <i>et al.</i> Editora Evangélica Esperança. Curitiba, 2003.

Fonte: Elaborado pelos autores

O conjunto desses documentos teve financiamento de igrejas na relação com o Estado brasileiro e registram a participação de monitores indígenas na elaboração, com poucos exemplares disponíveis nas bibliotecas escolares. As Cartilhas são didatizadas para o trabalho de ensino da língua kaingang e a leitura. O Dicionário do SIL, produção mais difundida nas escolas indígenas, é um documento que se destaca por sua ampla produção e divulgação, e permanece em uso até a atualidade. Essa categoria vem perdendo espaço no acervo e tem seu último registro em 2003.

Uma segunda categoria de documentos intitulamos Manuais Escolares Bilíngues De Cunho Universitário (11 documentos), produzidos pelos atores universitários em parceria com os povos indígenas. São coletâneas de leitura bilíngue, relatórios de pesquisa, histórias, contos, diagnósticos, atividades escolares. Uma das marcas dessa categoria é sua produção em territórios indígenas a partir de projetos de pesquisa e extensão. A impressão tem marca das gráficas e editoras universitárias e a distribuição é regional e local. O Quadro 2 apresenta os dados em sua cronologia, entre 1990 e 2021.

Quadro 2 – Grupo de Manuais Escolares Bilíngues de cunho universitário presentes nas bibliotecas escolares kaingang do Paraná, 1990 a 2021

ALEGRO, R. C.; FERRAZ, V. H.; NASCIMENTO, A. C. M. (org.). Povos Indígenas no norte do Paraná: culturas kaingang, guarani e xetá . Tradução: Sélia Ferreira Juvêncio (kaingang) e Tupã Martins (Guarani). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 1990.
SILVEIRA, D. M. F. (org.). Kanhgág Sī Kāme . Unicentro Imprensa Universitária, Guarapuava, PR, 1993.
MEDEIROS, M. G. L.; BELLINI, L. M.; MOTA, L. T. Ga t̄y Ivaí ki ěg vī ki ěkré kar, misu ag kāme . Palavras escritas sobre as plantas e animais da Terra Indígena Ivaí – PR. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2006.
FAUSTINO, R. C. (org.). Ga Jānhkri - Terra Limpa. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, Maringá, PR, 2006.
MOTA, L. T.; COMPADRE, C. R. Ivaí ki ga fyry, kar ki rī rī to vēnhrá . Manual de fiscalização e vigilância dos limites da Terra Indígena Ivaí. Tradução: Alcindo Kurimba Cordeiro. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, Maringá, PR, 2007.
VALLE, C. N. Histórias antigas do povo kaingang . Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.
OLIVEIRA, L. A. <i>et al.</i> Contos da mata: visões de vida . Universidade Estadual do Norte do Paraná. Londrina, PR: Artgraf, 2012
FRAGA, L. Ěg tū han mū já ěg tóg, kr̄ȳg kr̄ȳg ke tū ěg n̄ȳ tī, to jān fā hank̄ȳ ěg tóg ěg jykre t ěg m̄n hanke m̄ō . Blumenau, SC: Nova Letra/Muitas Vozes, 2015.
HAMMEL, A. C.; GEHRKE, M.; WINCHUAR, M. J. Escrevedores da liberdade VI: produção escrita de estudantes das escolas multisseriadas do campo e indígenas do Paraná . São Paulo: Outras Expressões, 2020.
GEHRKE, M.; TOLEDO, V. D. Caderno multilíngue de brincadeiras, histórias e poemas: kaingang, guarani, xetá e português . Caderno de educação do campo e indígena, v. 10. Laboratório da Educação do Campo e Indígena, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, 2021.
RAMOS, R. V. Os kaingang de Apucarantina e suas histórias . Centro de memória e cultura kaingang. Curitiba, 2021.

Fonte: Elaborado pelos autores

Importante salientar que os documentos revelam a presença, ou não, das universidades públicas junto aos povos indígenas nos territórios. A Universidade Estadual de Maringá (UEM), que conta com um Laboratório de Pesquisa sobre populações indígenas desde 1996, se destaca na produção de manuais escolares com os povos indígenas, como mostra o quadro, e isso precisa ser assumido cada vez mais pela academia. Trata-se de colocar-se a serviço dos povos indígenas e colaborar com o registro e sistematização das línguas, buscando políticas de financiamento para a impressão e distribuição nas escolas indígenas. Nessa categoria fica evidente a abordagem de temas e conteúdos relacionados à cultura, às questões ambientais e territoriais. Ocorrem produções com professores e estudantes, e o foco é a alfabetização e a leitura, não havendo uma preocupação com o currículo escolar como um todo, aspecto ainda desafiador.

Uma terceira categoria de documentos é a que intitulamos Manuais Escolares Bilíngues De Cunho Estatal (oito documentos), produzidos ou orientados pelo Estado, em parceria com professores e lideranças indígenas. Essa categoria é marcada pela orientação didática especialmente sobre diretrizes do ensino da língua kaingang e atividades de alfabetização, correspondendo a coletâneas de leitura bilíngue, inventário florestal, orientações didáticas, relatos de experiência, atividades escolares. Uma das marcas dessa categoria é a produção da Secretaria da Educação (SEED) em 1997 e do governo de Roberto Requião (2003 a 2011). A impressão e a distribuição são da Imprensa Oficial do Estado, aspecto relevante na formulação da política educacional. Essa categoria salienta maior presença nas escolas investigadas, aspecto que compromete o Estado. No Quadro 3 são apresentados os dados em sua cronologia, entre 1997 e 2019.

Quadro 3 – Grupo de Manuais Escolares Bilíngues de cunho estatal nas bibliotecas escolares kaingang do Paraná, 1997 a 2019

FELISBINO, M. N. M.; FELISBINO, J. G. Vẽnh Mëg . SEED/SUED/CEDITEC, Curitiba, 1997.
FELISBINO, M. N. M.; FELISBINO, J. G. Mỹ jé êg vĩ ki vẽnhránrán ki kanhrânrán jé, tugtó ki ke gé . SEED/SUED/CEDITEC, Curitiba, 1997.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kaingang Jykre . Curitiba, 2007.
PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. Quando o álcool chega às Aldeias . Curitiba, 2010.
PARANÁ. Experiências pedagógicas de professores Guarani e Kaingang . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED, 2010.
PARANÁ. Ler, escrever e ser kaingang no Paraná . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação da Alfabetização de Jovens e Adultos e Idosos. Programa Paraná Alfabetizado. Curitiba, SEED/PR, 2010.
BRASIL/MAPA. Serviço Florestal Brasileiro. Inventário Florestal Nacional: principais resultados Terra Indígena Mangueirinha/Serviço Florestal Brasileiro . Brasília, DF, 2019.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma quarta categoria de documentos denomina-se Manuais Escolares Bilíngues De Cunho Escolar Ou Local (seis documentos), produzidos nas escolas por professores e estudantes no cotidiano do trabalho pedagógico. Nesses documentos reside, talvez, uma das mais ricas possibilidades de transformação da escola indígena: os manuais escolares serem produzidos pelos sujeitos diretamente envolvidos nas ações pedagógicas, fato que implica a geração de políticas públicas para formação, produção, impressão e distribuição nos demais territórios e em número suficiente para todas as escolas, considerando as matrículas em todas as etapas da Educação Básica.

Essa categoria é marcada especialmente pelas orientações do ensino da língua kaingang em atividades de alfabetização. Percebemos durante a pesquisa que essa categoria existe em maior quantidade, mas como esses documentos são de uso pessoal, nem sempre passam a fazer parte do acervo da biblioteca escolar. Estudos sobre biblioteca escolar (Gehrke, 2014) mostram a necessidade desse tipo de documento compor a biblioteca, haja vista ser uma produção escolar, que precisa compor o acervo e ser financiada pelo Estado.

Um dos limites dessa categoria é que as obras abordam conteúdos e metodologias pontuais, ou seja, não dão sequência aos conteúdos ou ao currículo escolar, ou à articulação entre séries e turmas. Dois documentos resultam do programa Saberes Indígenas na Escola, importante política do MEC para a formação continuada de professores. Verificamos, ainda, dois documentos produzidos por estudantes e orientados pelo programa Mais Educação, acerca de narrativas para o trabalho com leitura kaingang. Os dois documentos originais, escritos a punho, coloridos pelos estudantes e encadernados artesanalmente, compõem o acervo. Esse trabalho é fundamental na escola, escolares escreverem para escolares e as produções compõem o acervo da biblioteca escolar, trabalho que colabora com a superação da cópia e potencializa a escrita viva (Gehrke, 2014). O conjunto dos trabalhos e sua impressão são artesanais, feitos na própria escola e em poucas quantidades. O Quadro 4 apresenta os dados em sua cronologia, entre 1997 e 2019.

Quadro 4 – Grupo de Manuais Escolares Bilíngues de cunho local nas bibliotecas escolares kaingang do Paraná, 2009 a 2018

NÖTZOLD, A. L. V. Cipó Guambé, taquaruçu e anilina : conhecendo os artesanatos kaingang. Caderno de Atividades. Gráfica Agnus: São José, SC, 2009.
TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA. Colégio Estadual Indígena Kókoj Tÿ Han Id. Ó kāmén kanhgág . Caderno de leitura 7º ano: Programa Mais Educação/MEC. Mimeo, 2014.
TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA. Colégio Estadual Indígena Kókoj Tÿ Han Id. Histórias e memória kaingang . Caderno de leitura, turma D: Programa Mais Educação/MEC. Mimeo, 2014.
BERNARDO, D. F. Cartilha de alfabetização em kaingang – Gi ag mreto ke jãfã. (Documento mimeo, não publicado). Terra Indígena Rio das Cobras, Nova Laranjeiras/PR, 2016.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Kanhgág ag rá kãme . Maringá: Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UEN/PR, 2018.
GALDINO, C. N. M. (org.). Kanhgág Ag Vējên . Terra Indígena Apucarantina, Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UEM/PR, 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores

Uma quinta categoria de documentos designamos como Manuais Escolares Bilíngues de Cunho Empresarial e reúne apenas um documento, mas é relevante categorizar essa especificidade, pois agrega elemento novo na marca do acervo. Trata-se de produção financiada pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul em parceria com a Copel e a Eletrosul, envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica Mauá. Essa obra indica a possibilidade do financiamento privado na educação pública, e também revela a parceria dos povos indígenas com a empresa. O conteúdo e a forma desse documento expressam uma didática indígena, trazendo muitas imagens, cores e escritos bilíngues do contexto indígena. A marca da distribuição desse acervo é local, aspecto também verificado em muitos dos demais documentos e categorias.

Quadro 5 – Grupo de Manuais Escolares Bilíngues de cunho empresarial nas bibliotecas escolares kaingang do Paraná, 2013

FOGOLARI, E. P. Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social (PEPIS). Mitos e histórias do Povo Kaingang 2 . Projeto Gráfico All Print, 2013.
--

Fonte: Elaborado pelos autores

Expostos os quadros de documentos, consideramos que a escola indígena, específica, diferenciada, intercultural e bilíngue é o território em que circulam estudantes, professores, gestores, servidores, sábios, lideranças, intelectuais, que são sujeitos de conhecimentos e saberes, mas são também sujeitos em busca de tantos outros novos saberes e conhecimentos, da sua cultura específica como também da cultura universal. Portanto, o manual didático bilíngue, ordenado nas bibliotecas escolares, é essa poderosa ferramenta didatizada pelos intelectuais indígenas e não indígenas, que pode agregar novos conhecimentos e saberes a uma comunidade escolar.

Como síntese dos dados quali-quantitativos, destacamos a relação matrícula e manuais escolares bilíngues presentes nas 10 escolas e bibliotecas escolares investigadas. O número de matrículas de estudantes é de 2587, e o número de manuais didáticos chega a 829 obras, aproximadamente. Esses dados foram relacionados com o marco legal da biblioteca escolar (Brasil, 2010), que estabelece a obrigatoriedade de ao menos uma obra por estudante. Portanto, para que o ensino bilíngue seja possível, os manuais escolares bilíngues devem ser em número suficiente, todavia, a pesquisa evidenciou serem insuficientes, pois, no quadro geral, há 0,32% de obra por estudante. Somente duas escolas superam o mínimo estabelecido.

Como se pode verificar, ficam os desafios da produção adequada e suficiente de obras para o trabalho pedagógico, especialmente para além da alfabetização e em diálogo com o currículo escolar e o conjunto dos conhecimentos estabelecidos, e da política pública assumir o financiamento da produção e distribuição de materiais bilíngues, atendendo o marco legal.

Considerações finais

Com a realização da análise de conjuntura das políticas educacionais da educação escolar indígena no âmbito dos manuais escolares bilíngues, evidenciou-se o direito ao material didático específico, intercultural e bilíngue para as escolas indígenas, como também o não cumprimento do marco legal, no campo da prática de produção, financiamento e distribuição de acervo didático próprio para escolas indígenas. Permanece o desafio dos povos indígenas, seus movimentos sociais, das universidades e organizações parceiras, de seguirem pautando esse direito. A análise da legislação permite concluir que as políticas de livro no Brasil não se efetivaram na dimensão do direito desses sujeitos e para as escolas indígenas, assim, são sujeitos ausentes na história do PNLD e no PNBE, timidamente trazidos no PNBE temático em 2012.

A realização da cartografia da biblioteca escolar com o levantamento do acervo de manuais escolares bilíngues em escolas kaingang no Paraná evidencia que há um pequeno acervo que precisa ser ampliado, ordenado na biblioteca e mais bem incorporado nas práticas de ensino.

Diante do marco legal, consideramos que essa produção precisa ser desenvolvida pelos povos indígenas e apoiada pelo Estado. A circulação local dos documentos se justifica pelos dialetos kaingang presentes nos territórios paranaenses, pois essa etnia não produziu, ainda, um acordo linguístico e ortográfico. Portanto, conteúdos, saberes, conhecimentos, cultura e língua devem ser definidos pelos sábios e mais velhos, lideranças, caciques, educadores, estudantes,

comunidade em geral, e os manuais escolares serem a expressão desse desejo e compreensão do que venha a ser a sua escolarização.

Processos de sistematização dos etnoconhecimentos nos territórios, a seleção de programas e práticas, o ordenamento de conhecimentos e saberes, podem produzir uma perspectiva curricular étnica que, na sequência, se materializa em manuais escolares bilíngues. Esses manuais, na escola indígena, precisam expressar o sistema de educação do território e de seu povo, assegurar e fortalecer a tradição e o modo de vida indígena, na articulação empoderada com outras sociedades ou modos de vida.

As comunidades escolares indígenas precisam estar presentes, identificarem-se nos manuais escolares bilíngues e nos modos de aprender e ensinar da escola, ou seja, a didática indígena precisa prevalecer e se materializar nos conteúdos escolares; na organização do tempo das atividades; nos espaços educativos da sua realização; nos tipos de atividades; nas linguagens adotadas; nos vínculos com a comunidade e o território; no trabalho individual e coletivo; e no conjunto de imagens que estarão nesse suporte. É preciso formular e tornar comum uma didática indígena entre os professores indígenas, que revelará os modos de ensinar e aprender kaingang, assim se teriam elementos para realizar a didática de um currículo e seus instrumentos de ensino, dentre os quais, os manuais.

As universidades públicas, com pesquisadores experientes na área, podem apoiar os professores indígenas por meio de formação inicial e continuada, extensão e pesquisa, cursos, oficinas, laboratórios, entre outros, de capacitação para a produção didática. O Estado brasileiro precisa, então, incorporar no PNL D e no PNBE a educação escolar indígena, e a experiência do edital 2013 da Educação do Campo poderia ser uma referência.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, M. A.; SILVA, R. H. **Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas.** *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124-150, 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/113>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça, Ministério da Educação. **Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991.** Dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas. Diário Oficial União: seção 1, Brasília, DF, p. 7.084, 17 abr. 1991.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar.** Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF, 1994. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3D00026.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/resolucaoeduc_campo.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CAMPELLO, B. *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

CUNHA, R. B. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. **Educar**, Curitiba, v. 24, n. 32, p. 143-159, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/6710/9378>. Acesso em: 20 set. 2022.

FAUSTINO, R. C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Orientadora: Olinda Evangelista. 2006. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FAUSTINO, R. C. Aprendizagem escolar entre indígenas Kaingang no Paraná: questões sobre língua, alfabetização e letramento. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 5, n. 2, p. 213-219, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/1046>. Acesso em: 20 set. 2022.

GEHRKE, M. **Contribuições da práxis para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da Educação do Campo**. Orientadora: Leilah Santiago Bufrem. 2014. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368/2107>. Acesso em: 20 set. 2022.

LISBÔA, F. M. Interculturalidade, letramento e alternância como fundamentos para a educação indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 56, n. 2, p. 669-688, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8649254/16546>. Acesso em: 20 set. 2022.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Orientadora: Mirian Jorge Warde. 1997. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

OTA, I. A. S. O livro didático de Língua Portuguesa no Brasil. **Educar**, Curitiba, v. 25, n. 35, p. 211-221, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/13607/11125>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PARANÁ. **Censo 2022**: Paraná tem 30.460 indígenas em 345 cidades. Agência Estadual de

Notícias. 2023. Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Censo-2022-Parana-tem-30460-indigenas-em-345-cidades>. Acesso em 2 out. 2022.

SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Programa Universidade Sem Fronteiras.

Financiamento: Programa Universidade Sem Fronteiras - EDITAL N° 05/2019/UGF.

Conflitos de interesse: Não aplicável.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Redação e rascunho original: Marcos Gehrke, Rosangela Célia Faustino, Terezinha Oliveira

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

